

A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: EM BUSCA DA NOSSA MEMÓRIA

Fernando Guerra

RESUMO

Após os séculos XVI e XVII, a Europa passa a conhecer a cultura dos povos americanos. Para colonizar esses povos e defendê-los, respectivamente, sob os caminhos da fé cristã e dos invasores navegantes, o rei de Portugal nomeava particularmente para a sua colônia americana – Terra de Santa Cruz – os seus representantes legais. Estabelecia e demarcava, assim, a sua conquista e a harmonia entre a população. A produção de açúcar nessa colônia revelou-se a primeira fonte de riqueza daquela vasta região despertando, dessa maneira, o interesse de inúmeros povos estrangeiros. A concentração dessa preciosidade (na colônia) favoreceu, então, a imigração desses povos, dando origem a uma diversidade de cultos, ritos e tradições entre as raças que na colônia se estabeleceram. Diante do imenso desinteresse em cultivar e preservar a nossa memória, ao longo dos anos, temos por hábito nos espelhar nos memórias européias. E, mais recente, nas africanas. Razão porque recorremos à Arqueologia Histórica para compreendermos as relações culturais desses povos antigos que viveram aqueles primeiros séculos do Brasil, bem como aos inúmeros edifícios civis e religiosos, solares e fortalezas que foram erguidos na imensidão do país. Muitos dos quais ainda em uso e outros já em ruínas ou desaparecidos inteiramente. Dessa forma, revela-se da maior importância a Arqueologia Histórica como uma ciência multidisciplinar na busca da nossa memória, ou seja, da sociabilidade e dos registros arquitetônicos deixados pelas nossas antigas gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, Patrimônio Histórico e Arqueologia Histórica

ABSTRACT

After the 16th and 17th centuries, Europe came to know the cultures of the peoples of the Americas. To colonize and defend their colonies, by way of the Christian faith and maritime invaders, the King of Portugal named legal representatives for his American colony - Terra de Santa Cruz - establishing and demarcating his conquest and thus creating harmony in his American colony. Sugar production became the region's first source of wealth and, therefore, attracted the interest of uncountable foreign nations. The wealth concentration in the colony favored immigration, which gave way to several cults, rituals and traditions among the many races who settled down in the colony. Due to the immense disinterest in fostering our memory, we have, throughout the years, mirrored European and, recently, African memories. This is the reason why historical archaeology has been employed to comprehend the initial inhabitants of Brazil and the subsequent cultural relationships, as well as the countless buildings, noble houses and fortresses built around this vast country, many of them already ruined or disappeared, others still in use. In this way, historical archaeology presents itself as a major multidisciplinary science that seeks to recapture our cultural memory, by way of the architectural records left by our previous generations.

KEYWORDS: Architecture, Historical Heritage, Historical Archaeology

Após os séculos XVI e XVII, a Europa passa a conhecer a cultura dos povos americanos. Para colonizar esses povos e defendê-los, respectivamente, sob os caminhos da fé cristã e dos invasores navegantes, o rei de Portugal nomeava particularmente para a sua colônia americana – Terra de Santa Cruz – os seus representantes legais. Estabelecia e demarcava, assim, a sua conquista e a harmonia entre a população. A produção de açúcar nessa colônia revelou-se a primeira fonte de riqueza daquela vasta região despertando, dessa maneira, o interesse de inúmeros povos estrangeiros. A concentração dessa preciosidade (na colônia) favoreceu, então, a imigração desses povos, dando origem a uma diversidade de cultos, ritos e tradições entre as raças que na colônia se estabeleceram. Diante do imenso desinteresse em cultivar e preservar a nossa memória, ao longo dos anos, temos por hábito nos espelhar nos memórias européias. E, mais recente, nas africanas. Razão porque recorremos à Arqueologia Histórica para compreendermos as relações culturais desses povos antigos que viveram aqueles primeiros séculos do Brasil, bem como aos inúmeros edifícios civis e religiosos, solares e fortalezas que foram erguidos na imensidão do país. Muitos dos quais ainda em uso e outros já em ruínas ou desaparecidos inteiramente. Dessa forma, revela-se da maior importância a Arqueologia Histórica como uma ciência multidisciplinar na busca da nossa memória, ou seja, da sociabilidade e dos registros arquitetônicos deixados pelas nossas antigas gerações.

Somente a partir dos séculos XV e XVI, época das navegações ultramarinas, através da revolução comercial européia, o continente americano passaria a ser conhecido pelos europeus. Importava, naquele período, muito mais do que compreender o novo continente, colocá-lo sob seus domínios. Esta a razão das inúmeras histórias fantasiosas de mares tenebrosos e imensas terras hostis. Contudo, era preciso colonizá-las e defendê-las, dominando os selvagens que nela habitavam para conduzi-los aos caminhos da fé cristã. Nesse aspecto, el Rei de Portugal não poupou cuidados para estabelecer a harmonia e a ordem na sua colônia ao procurar capitães experimentados e que fundamentassem a sua dominação. Escolheu homens distintos em virtudes e em ciência para “doutrinarem as verdades da fé, da moral e da honra aos desgraçados povos, que desconheciam o evangelho, e enchiam os vastos sertões do Brasil”, conforme relato da professora Célia Freire A. Fonseca – UFRJ (1978: 109).

A fixação de marcos divisórios ou de posse caracterizava a legitimidade da terra conquistada, determinando os seus verdadeiros proprietários. Dominadas as terras e estabelecidos os lusitanos no Brasil, os objetivos eram perfeitamente determinados pelo Reino, conforme experiências anteriores obtidas. Depois dos primeiros aldeamentos – situados sempre em locais mais elevados, nos outeiros dos morros existentes – o português efetivou a posse da terra com a instalação do sistema de capitâneas.

Observa José Luiz Mota Menezes que “tão logo assentaram-se as primeiras vilas e cidades uma série de caminhos foram sendo traçados sobre as terras conquistadas, onde os rios eram vias fluviais de grande interesse” (MENEZES 1986: 24). Esses caminhos, além de facilitarem a circulação de riquezas produzidas, deram origem – graças ao trabalho de excelentes cartógrafos – aos antigos mapas com as melhores informações. Lenta mas continuamente, esses caminhos chegaram ao interior – às terras desconhecidas do sertão – demarcando novas fronteiras de produção e circulação dos produtos.

Diante das notícias adversas acerca das descobertas dos metais preciosos, resolveram os portugueses partirem para a produção de açúcar de cana, instalando os primeiros engenhos de açúcar, que se proliferaram produzindo riquezas e despertando o interesse das empresas comerciais estabelecidas na Holanda. A esse respeito, comenta Evaldo Cabral de Mello (1998) que “Portugal praticara, especialmente a partir do reinado de D. João III, uma política de deliberado alheamento dos conflitos europeus, em favor da expansão e preservação das conquistas ultramarinas na Ásia, África e no Brasil” (25).

Porém, apesar dessa crescente produção e exportação de açúcar, inegavelmente, o desbravamento de territórios, a luta pela sobrevivência e a ambição por riquezas eram constantes. Não obstante alguns poucos cronistas preocuparem-se em fazer episódicos registros do que presenciavam no novo continente, continuava este, na verdade, para a Europa, um mundo desconhecido.

As tradições e os diversos cultos à memória brasileira – mesmo da maneira incipiente por não termos, ao longo da história, o costume ou o hábito de nos preocuparmos em preservá-los – somente em épocas mais recentes vem despertando o interesse. Indubitavelmente, buscamos as nossas raízes nas memórias européias ou

africanas (isso bem mais recente) e pouco nos referimos à nossa memória indígena, tão rica e esquecida.

Entretanto, convivemos cotidianamente com o fato de estarmos ou sermos e não estarmos ou não sermos, razão pela qual o passado e o futuro são, indiscutivelmente, os suportes do nosso presente. Encontramo-nos, permanentemente, entre saudades, memórias e expectativas: a reconstituição do ontem e a construção do amanhã.

A compreensão de como nossos antepassados removiam ou trabalhavam a terra, como produziam os seus artefatos em conformidade com os elementos naturais que encontravam – pedras, madeiras, metais ou argilas – para atender às suas necessidades, sempre foi uma indagação constante entre os historiadores, pesquisadores e arqueólogos. Recorda a professora Suely Cisneiros Muniz (UFPE):

Em um determinado momento da história brasileira conviveram, ao mesmo tempo, as requintadas faianças vindas da Europa e os potes e as tigelas de barro, peças utilitárias em meio à população, confeccionadas em grande escala até os nossos dias, embora a partir do século XIX as louças européias – produto do processo de industrialização mundial – invadiram as casas brasileiras. (Folha de Pernambuco, Caderno Programa, 09.07.2009. p. 06).

O interesse em preservar a cultura de uma sociedade é decorrente da intenção de preservar a sua memória. Nesse sentido, comenta o professor José Américo Motta Pessanha que “qualquer projeto de desenvolvimento no campo sócio-econômico-cultural deveria, cautelosamente, apontar para frente, sem anular o passado. Ou seja, preservar o passado sem esquecer que o futuro nos aguarda e que é sempre no presente que estamos acontecendo”. (PESSANHA 1987: 17). É bem verdade que esse interesse em preservar as suas culturas é inconstante entre povos e nações. Em muitas ocasiões, depende dos seus próprios líderes transmitirem às futuras gerações as suas formas de expressão, os seus costumes e os seus ritos. Contudo, por outro lado, esse sentido de transmitir ou preservar as culturas ou memórias pode ser interrompido, às vezes até abruptamente.

Tanto os espanhóis quanto os portugueses, antes de aqui aportarem, ignoravam a cultura dos povos indígenas, e dizimaram, então, vários desses povos. A conquista do Antigo sobre o Novo Mundo era narrada como um direito do europeu lusitano por ter descoberto essas novas terras. Diante dessa situação de conquista, verifica-se, portanto,

a degradação parcial dos antigos costumes. Estes são substituídos pelos novos modelos dos conquistadores, que se agrupam e se acomodam, restando, mais tarde, apenas algumas lembranças disformes da cultura do povo conquistado.

Nos centros urbanos degradados, somente em alguns trechos mais privilegiados, onde se mantém alguma parcela de convivência e de sociabilidade, é que nós vamos encontrar vestígios de relações mais antigas, vivendo em meio à modernidade que lhes serve de moldura. Estão livres e isentos de modelos artificiais e de competições desiguais e indesejáveis, e podem viver cultuando os seus ritos e memórias. Dessa forma, é importante lembrar as observações de Anne Marie Pessis, em relação ao conhecimento e ao cotidiano dos povos indígenas e sua preservação dos indicativos culturais, através dos seus registros escritos¹.

Na verdade, quando nos deparamos com a questão da preservação dos indicativos culturais de um povo, torna-se imprescindível, como revela Henry Koster (1942), o registro documental. Sem esse registro documental, muitos povos e nações indígenas perderam a sua memória e identidade para a história. Não obstante, além do registro documental, surge outro elemento encontrado em meio ao tempo cultural, como se expressa admiravelmente Gabriela Martin,

O objeto arqueológico, seja ele instrumento artefato, fragmento ou registro do que se tem chamado cultura material, é um documento sobre os grupos humanos pré-históricos, de sua organização social e familiar, dos costumes, ritos, lutas, alimentação e vida espiritual. De restos arqueológicos orgânicos e inorgânicos deduzimos comportamentos, formas de vida e luta pela sobrevivência humana. (MARTIN: 134).

Portanto, reveste-se de inquestionável valor este elemento para o estudo da arqueologia, porquanto nos coloca diante da incessante busca dos hábitos e ritos de sociabilidade dos nossos antepassados.

Os primeiros estudos sobre a arqueologia pré-histórica brasileira aconteceram, em princípio, enriquecidos através dos inúmeros sítios arqueológicos espalhados pelo país – a exemplo da região do Parque Nacional Serra da Capivara.

No parque Nacional Serra da Capivara e nas áreas arqueológicas do Nordeste do Brasil, existe uma densa concentração de Sítios arqueológicos pré-históricos. Centenas de Sítios com pinturas e gravuras pré-históricas foram descobertos a partir da década de 70. Os trabalhos de pesquisa e de

conservação do patrimônio cultural fazem com que novas descobertas modifiquem, continuamente, o volume desse acervo gráfico na região. (PESSIS 2003: 79).

Somente em anos mais recentes, levado pela forte influência européia sobre as nossas gerações passadas, é que a arqueologia histórica revestiu-se de importância e alargou as suas ações, priorizando o estudo de importantes edificações em forma, muitas delas, de ruínas, em sua maioria de caráter lusitano, como nos revela o excelente lisboeta Nuno Saldanha:

Ontem, como hoje, as ruínas mantiveram sempre um fascínio e uma atração especial, tão duradoura quanto a sua própria existência ao longo dos tempos. Serenas ou tempestuosas, melancólicas ou grandiosas, idílicas ou épicas, as ruínas fizeram sempre parte do dia-dia dos homens e, tal como as próprias edificações, elas tanto são o resultado da ação da natureza e do tempo, como o fruto da própria destruição humana (1995: 251).

Assim, foram os edifícios erguidos desde o período Brasil Colônia, como as casas de Câmara e Cadeia, os primeiros templos e igrejas, inúmeros engenhos, o casario mais antigo da cidade, os solares, muitos palácios e outros exemplares que se constituíram em referências para o estudo e a compreensão da arqueologia histórica brasileira. Nesse intuito, constituiu-se uma magnífica oportunidade a restauração do edifício do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, porquanto todo esse trabalho ganhou inusitadas dimensões e importantes convicções.

Ultimamente, tem-se discutido acerca de “novos vestígios” arqueológicos evidenciados – a exemplo dos vestígios do antigo adro franciscano (do século XVII), encontrado através de uma escavação, no sítio histórico de Olinda (PE) – cujas análises e opiniões traduzem divergências estampadas nessas discussões. Prevalecendo a opinião da Prefeitura Municipal de enterrar os vestígios arqueológicos encontrados, estes permanecerão, assim, ignorados pela população e visitantes, enterrando, também, vestígios que trazem narrativas da cultura brasileira. Desta forma, comenta o professor José Luiz Mota Menezes “todas as discussões e informações obtidas ficam atreladas e restritas aos participantes do grupo de trabalho, não se estendendo – tais informações – às comunidades” (1985: 54). E nessas inúmeras discussões realizadas, uma questão de grande importância tem sido continuamente evidenciada (e aplicada em trabalhos executados pela Pós-graduação em Arqueologia da UFPE): que seja realizada toda a

prospecção arqueológica do sítio considerado antes da instalação do canteiro de obras – exemplo largamente divulgado e de importância incomum foi o trabalho realizado na Fortaleza de Orange, em Itamaracá (PE), pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, da UFPE. Relembra o professor Marcos Albuquerque que “é impossível à arqueologia responder a todas as questões de maneira corrente em um curto espaço de tempo, quando a história levou anos e anos para criar e formar aquele lugar cultural”. (1986)

A catalogação e interpretação dos vestígios culturais encontrados demandam um precioso tempo, pois que, como afirma Moberg (1968: 19) “é preciso escavar e registrar para que toda a informação não se perca definitivamente”.

Tem sido alvo de nossa preocupação – expressa em encontros, seminários ou mesmo em sala de aula – a ação avassaladora do homem em destruir o patrimônio brasileiro (os vestígios e os exemplares da nossa arquitetura mais antiga). Por esta razão, precisamos, de maneira consciente, ampliar a ação da pesquisa arqueológica, mesmo em sítios que não tenham recebido a proteção oficial, em busca de novas informações precisas. Na verdade, uma das questões que mais intriga a arqueologia histórica não é somente o trabalho concentrado nas definidas áreas tombadas, mas sim, em obter informações em sítios ou áreas ainda não protegidas, para que estas áreas históricas não sofram a depredação que outrora sofreram os sítios que nós conhecemos. Recorro, mais uma vez, a Monberg (*ibid.*, 21) quando ele faz referências a que “muitos sítios são destruídos pela construção de cidades, fábricas, estradas e aeroportos”, muitas vezes sem a presença de um arqueólogo que possa identificar e registrar os vestígios encontrados, sabendo-se, pois, que cada observação registrada corresponde à perda de várias outras em caráter definitivo.

Apesar de tamanhas incompreensões e dificuldades, a arqueologia histórica vem realizando inúmeros trabalhos em vários sítios. Através dos núcleos e laboratórios de arqueologia das universidades federais e/ou particulares, espalhadas pelo país, as técnicas se aprimoram, diversificando olhares e obtendo novas informações.

Todos esses trabalhos, alguns dos quais já concluídos, encerram objetivos de transformarem os bens restaurados em espaços culturais abertos à visitação pública, de modo que se tenha uma exposição permanente, tanto dos elementos arquitetônicos restaurados, quanto dos vestígios arqueológicos encontrados – a exemplo da Primeira Sinagoga das Américas, na Rua Bom Jesus, no Recife Antigo (1978) e do Edifício do

Paço da Alfândega, no secular bairro de São José, no Recife (1976). Estes se constituem importantes referências de trabalhos de arqueologia histórica em Pernambuco.

Quantas vezes a arqueologia histórica haverá de argumentar sobre um simples vestígio evidenciado para mostrar que este vestígio é uma fonte de informação? E, que pelo fato de ter sido encontrado, cria uma inegável importância e possibilidade de resgatar a nossa memória histórica?

Fernando Guerra

Universidade Federal de Pernambuco

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FONSECA, C. 1968 *A economia Européia e a colonização do Brasil*. Inst. Arqueológico, Brasil, Rio de Janeiro
- KOSTER, H. 1992 *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Companhia Editora Nacional
- MARTIN, G. 1996 *Pré-Histórica do Nordeste do Brasil*. Ed. Universitária, Recife
- MELO, E. 1998. *Olinda restaurada, Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Topbooks, Rio de Janeiro
- MENEZES, J. 1985 *Sé de Olinda*, Fundarpe, Recife,
____ 1985 *A igreja de nossa Senhora da Graça*. Fundarpe, Olinda
- MOBERG, C. *Introdução à Arqueologia*. Edições 70. Lisboa. 1968.
- PESSANHA, J. 1987. *Revista do patrimônio histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF
- PESSIS, A. 2003 *Imagens da pré-história, Parque nacional Serra da Capivara*, Fundham.
- SALDANHA, N. 1995 *Artistas, imagens e idéias na pintura do século XVIII*. Livros Horizonte, Lisboa

NOTAS

ⁱ Relata a professora: “o conhecimento sobre o cotidiano dos povos indígenas e o seu conceito do mundo foi distorcido principalmente pelo fato de não possuímos registros escritos por eles e sim pelos religiosos ligados a diversas ordens (Jesuítas, Franciscanos, Capuchinhos) e de diversas nacionalidades (portugueses, franceses, espanhóis), funcionários da administração colonial, mascates, aventureiros e senhores de engenho. Estas pessoas costumavam ver os indígenas de diferentes maneiras: como possível escravo, como selvagem, como aliado, como inimigo ou como ingênuo pecador a ser salvo pela religião cristã. Não havia uma preocupação em considerar a cultura dos índios como uma maneira diferente de ver viver o mundo e que sua cultura não era inferior à dos brancos, mas, somente diferente”.